



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Licenc. Ambiental Simpl. - LAS	08040000446/20	09/09/2020 12:54:19	NUCLEO SALINAS

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00345816-3 / JOSE CARLOS DOS REIS		2.2 CPF/CNPJ: 026.883.076-22	
2.3 Endereço: RUA MENDO CORREA, 961		2.4 Bairro: NOVO PANORAMA	
2.5 Município: SALINAS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 39.560-000
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00348552-1 / FABIOLA SANTOS ANDRADE FERRAZ		3.2 CPF/CNPJ: 048.590.756-92	
3.3 Endereço: AVENIDA JOÃO PENA SOBRINHO, 330 APT. 103		3.4 Bairro: PANORAMA	
3.5 Município: SALINAS		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 39.560-000
3.8 Telefone(s):	3.9 E-mail:		

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Sapucaia				4.2 Área Total (ha): 247,9013	
4.3 Município/Distrito: NOVORIZONTE				4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 18762		Livro: 2-RG	Folha: 01	Comarca: SALINAS	
4.6 Coordenada Plana (UTM)		X(6): 785.400		Datum: SIRGAS 2000	
		Y(7): 8.226.900		Fuso: 23K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Jequitinhonha	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (x), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (X), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 17,99% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	247,9013
Total	247,9013
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,0000
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		0,0000
		Outro: 0,0		0,0000
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			7,5849	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			7,5849	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				7,5849
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				7,5849
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	23K	785.250	8.226.750
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto		Especificação		Área (ha)
Mineração				7,5849
Total				7,5849
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação		Qtde	Unidade
LENHA FLORESTA NATIVA	Vinhatico, jatoba do cerrado, tingui		17,86	M3
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):	
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.3 Especificação de ocorrência de espécies da fauna e/ou flora: Flora:tingui, jatoba do cerrado,vinhatico dentre outras.fauna:tatu bola,veado campeiro dentre outros.

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:Vulnerabilidade Baixa em 100% da propriedade.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

Parecer Técnico

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como finalidade subsidiar a avaliação do pedido de intervenção ambiental (DAIA) para as seguintes atividades: Mineração (lavra a céu aberto – Minerais não Metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento - extração de quartzo), (Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento), (Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco), e (Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção, referente ao requerimento do responsável Jose Carlos dos Reis inscrito no CPF nº 026.883.076-22, com área requerida para supressão de vegetação com destoca de 7,5859 hectares, localizado no Município de Novorizonte/MG. O requerimento registra o pedido de intervenção ambiental (DAIA) na modalidade convencional e registro de processo de Nº 08040000446/20.

2. Histórico:

- A) formalização no sistema SIM 09/09/2020
- B) Data do pedido de informações complementares: 03/11/2020;
- C) Data de entrega das informações complementares: 11/11/2020;
- D) data da emissão do parecer técnico: 12/11/2020;
- E) Processo no SIM Nº 08040000446/20;
- F) e SEI Nº 2100.01.0034288/2020-07

3. Objetivo:

O objeto do parecer é analisar a intervenção ambiental (DAIA) com área requerida para Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 7,5849 hectares, inserido no Bioma Cerrado, para desenvolver atividade/implantação do empreendimento de Mineração do responsável Jose Carlos dos Reis inscrito no CPF nº 026.883.076-22, enquadrado na DN 217/2017 sob os códigos A-02-07-0, A-02-06-2, A-05-01-0, A-05-06-2 e localizada na Fazenda Sapucaia, Município de Novorizonte/MG, tendo como empreendedor/responsável o Jose Carlos dos Reis inscrito no CPF nº 026.883.076-22. O Plano de Utilização Pretendida (PUP) para Intervenção ambiental na Área Requerida é de 7,5849 ha de intervenção ambiental com supressão da vegetação para implantação de mineradora (conforme requerimento peticionado no Sistema SEI), e conforme requerimento anexo ao processo de Nº 08040000446/20.

4. A caracterização do Empreendimento/propriedade:

1) A propriedade denominada Fazenda Sapucaia, situada na zona rural no Município de Novorizonte/MG, com área registrada de 247,9013 hectares, Matricula do Cartório de Registro de Imóvel do Município de Salinas/MG livro 2 de registro geral, folha 01, e registro de matricula Nº 18762, que tem como proprietária a senhora Fabíola Santos Andrade Ferraz inscrita no CPF 048.590.756-92, com os demais documentos anexado ao processo de DAIA Nº 08040000446/20.

2) Consta nos autos deste processo contrato de arrendamento para gleba a titulo precário para lavra de minerais entre a proprietária Fabíola Santos Andrade Ferraz da Fazenda Sapucaia de matricula Nº 18762 e como seu comodato e cedente o senhor Nizelino Antônio Andrade portador de identidade 12853216-6 SSP-SP. Neste documento do contrato de arrendamento consta o senhor Jose Carlos dos Reis CPF 026.883.076-22 denominado arrendatário/cessionário da gleba para lavra de deposito de quartzo na utilização da área de 9,00 hectares (conforme documentos anexo ao processo de posicionamento no SEI).

3) A propriedade da Fazenda Sapucaia possui área total medida de 247,9013 ha, e a área requerida é composta por 7,5849 ha de área de área do bioma cerrado solicitado para uso alternativo do solo (mineração) para intervenção ambiental.

4) De acordo com o ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais), esta Propriedade é classificada quanto:

a) Prioridade de Conservação da flora: MUITO BAIXA 100,00% (ANEXO III Figura 6) ;

b) Vulnerabilidade Natural: Muito baixa: 100% da área requerida (ANEXO IV FIGURA 8);

Em outra etapa da análise dos dados apresentados destaca-se os seguintes resultados:

I) Vulnerabilidade dos recursos hídricos: Alta muito baixa em 100% da área requerida (ANEXO IV Figura 9)

II) Integridade da flora: muito baixa em 100% da área requerida (ANEXO V Figura 11)

III) Integridade da fauna: muito baixa em 100% da área requerida (ANEXO III Figura 6)

OBS: estas informações foram obtidas por meio de arquivos Shp fornecidos pelo consultor responsável pela elaboração do processo e com a utilização do programa IDE (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

IV) De acordo com o mapa de importância Biológica Alta e Extrema, Prioritárias para conservação da biodiversidade no Estado de Minas Gerais, conclui-se que esta propriedade não está inserida na área de abrangência deste Mapa (ANEXO III Figura 7).

5. Do Plano de Utilização Pretendida (PUP):

A) Segundo o Plano de Utilização Pretendida (PUP) apresentado pelo consultor contratado pelo requerente do processo, e de acordo com sua metodologia de trabalho a qual descreveu a amostragem simples realizando com estratos de 20m x 20m (400m²) utilizada para realizar o inventário florestal. De acordo com o inventário florestal apresentado em anexo ao processo, foram encontrados em toda a área onde será a frente de lavra e infraestrutura cerca de 49 indivíduos arbóreos nas áreas levantadas do bioma cerrado), com volumetria na faixa de 17,865 m³ de lenha para o local de cerrado típico; - Não houve indivíduos com

rendimento lenhoso dentro da área de afloramento de quartzo, já que o solo destes locais não possuem nutrientes e possuem elevados níveis de acidez.

B) Medição de todos os indivíduos arbóreos da parcela com Diâmetro a Altura do Peito (DAP) maior ou igual a 5 cm, perfazendo um total de 49 indivíduos arbóreos do total de indivíduos arbóreos amostrados das parcelas;

C) Espécies mensuradas: vinhático *Plathymenia foliosa*, Jatoba do cerrado *Hymenaea stilbocarpa*, Tingui *Magonia pubescens*, Cabreuva *Myrcarpus frondosus*, e 11 espécies não identificadas (NI).

D) O consultor cita em no inventario florestal apresentado que a equação foi gerada a partir do ajuste do modelo de Schumcher e Hall, na sua forma não linear. Com base no coeficiente de determinação (R^2) ajustado, no coeficiente de variação e nas análises gráficas dos resíduos dos trabalhos realizados pelo CETEC, para a estimativa VTCC (Volume Total com Casca) foi utilizada a equação: $VTCC = 0,000066 * DAP^{2,4732} * Ht^{0,300022}$

E) Rendimento Lenhoso estimado: 17,865 m³ de lenha, juntamente a destoca.

F) ART DE OBRA/SERVIÇO nº 1420200000006411657, RESPONSÁVEL TÉCNICO: Vitor Hugo dos Santos Costa (Engenheiro Florestal).

G) Responsável pela confecção da planta topográfica com ART: nº 1420200000006411657 Vitor Hugo dos Santos Costa (Engenheiro Florestal).

5.1 Do inventario Florestal do requerimento de corte de supressão da vegetação:

Segundo o relato do consultor, utilizou-se o levantamento com a metodologia tipo senso apresentado as seguintes informações: Foram medidos todos os indivíduos arbóreos presente nas parcelas com Circunferência à Altura do Peito (CAP) > 15,7 cm ou 5,0 cm de Diâmetro a Altura do Peito (DAP), desses indivíduos, foram obtidas as informações CAP em centímetros e Ht em metros, utilizados para realização dos demais cálculos exigidos para a sua total descrição. De acordo com o que o consultor apresentou descreve-se o uso da equação para os cálculos com a Equação volumétrica: $VTCC = 0,000066 * DAP^{2,4732} * Ht^{0,300022}$, os resultados relatam a presença das seguintes espécies florestais: vinhático *Plathymenia foliosa*, Jatoba do cerrado *Hymenaea stilbocarpa*, Tingui *Magonia pubescens*, Cabreuva *Myrcarpus frondosus*, e 11 espécies não identificadas (NI).

O volume estimado apresentado pelo inventario florestal dos espécimes arbóreos foi de 17,865 m³ de lenha, juntamente a destoca.

6 Cadastro Ambiental

- Número do registro: MG-3145372-42A7.94E6.4C8A.47DF.B0E5.475A.5050.2B42 Data e horário de Cadastro: 31/03/2016 22:48:26 hs

- Área total: 253,7695 ha ;

-Área de reserva legal: 52,1101 ha ;

-Área de Preservação Permanente: 0,00 ha

Área de uso antrópico consolidado: 43,8101 ha

Qual a situação da área de reserva legal:

() A área está preservada: ha.

() A área está em recuperação:ha

() A área deverá ser recuperada:.....ha

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

Qual a modalidade da área de reserva legal:

* (X) Dentro do próprio imóvel * () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade * () Compensada em imóvel de outra titularidade.

Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Possui um único fragmento (X) ou dois fragmento ()

7. Intervenção ambiental requerida:

O Município de Novohorizonte/MG é ocupado por 17,99% de cobertura nativa, e é representado principalmente pelas fitofisionomias savânicas mais abertas, seguido das florestas decíduais montanas e submontanas e florestas semidecíduais.

A área requerida para supressão da vegetação e de 7,5859 hectares de área de supressão da vegetação juntamente a destoca, e destaca-se por ser uma área (antropizada) com presença de 49,0 (quarenta e nove) indivíduos arbóreos amostrados nas parcelas presente na área requerida de fitofisionomia de cerrado.

A área requerida em questão encontra-se antropizada de fitofisionomia do bioma cerrado, e inserida nas disjunções do Bioma Mata Atlântica lei 11.428/2006, conforme verificado na consulta ao programa do IDE-Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (ANEXO VII Figuras 11,12 e 13), assim como as informações do ZEE (zoneamento ecológico econômico) a área requerida para intervenção ambiental (ANEXO I,II, III, IV e V , Figura 13).

Não existem unidades de conservação ou zonas de amortecimento na área requerida para intervenção ambiental pelo responsável Carlos dos Reis inscrito no CPF 026.883.076-22 (ANEXO II FIGURA 2 e 3).

Segundo o PUP, durante o levantamento florístico e fitossociológico da área de estudo foram registrados 49 (quarenta e nove) indivíduos arbóreos nas parcelas amostradas da área requerida, pede-se a supressão da vegetação para uso alternativo do solo como uso para instalação de Mineração de (LAVRA A CÉU ABERTO – MINERAIS NÃO METÁLICOS, EXCETO ROCHAS ORNAMENTAIS E DE REVESTIMENTO- EXTRAÇÃO DE QUARTZO), Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e

IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Esta intervenção esta localizada no Município Novohorizonte/MG. Observação: Na área requerida não há ocorrência de Espécies Imunes de Corte a serem compensados, conforme determina a Lei 20.308/2012.

A área de 7,5859 hectares requerida apresenta o seguinte rendimento de material lenhoso: 17,865 m³ de lenha nativa em um total de 49 (quarenta e nove) arvores (referente ao requerimento de supressão da vegetação para uso alternativo do solo). O empreendedor recolheu a taxa florestal, taxa de expediente, referente ao requerimento solicitado no ato do protocolo (conforme comprovante de quitação no anexo no SEI) do processo e também fará o recolhimento da taxa de reposição florestal antes da

emissão do DAIA.

7.1 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Atividades desenvolvidas: Mineração de (LAVRA A CÉU ABERTO – MINERAIS NÃO METÁLICOS, EXCETO ROCHAS ORNAMENTAIS E DE REVESTIMENTO- EXTRAÇÃO DE QUARTZO).

Classe do empreendimento: 2

Critério locacional: 0

Modalidade de licenciamento: convencional Las/Ras códigos: A-02-07-0 , A-02-06-2, A-05-01-0, e A-05-06-2.

7.2 Da Vistoria :

Foi realizado a análise remota com uso de imagem satélite Google Earth e do programa IDE (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) (ANEXO I,II,III, Figuras 1,2,3,4,5,6,7,8, e 12). No caso deste requerimento de intervenção enquadra-se no caso simplificado (conforme Decreto Nº 47.749, DE 11 de novembro de 2019). Para esta análise teve a colaboração de fotos das áreas requeridas e das parcelas medidas em campo (ANEXO VII Fotográfico Figura 13).

7.3 Características físicas:

Topografia: segundo os dados apresentado pelo consultor a propriedade apresenta O relevo apresenta-se levemente plano a ondulado. A parte mais alta do relevo é constituída por rochas de natureza quartzosas, ocorrendo em diversos tamanhos, os quais serão objetos da extração. Solo: segundo os dados apresentado pelo consultor, os solos da bacia apresentam elevados níveis de erosão e uma cobertura vegetal nativa incipiente, constituindo um sistema frágil, apresentando-se desequilibrado de forma radical, afetado pela agricultura baseada nas queimadas e a grande implantação de florestas exóticas (eucaliptus e pinus) na região.

Hidrografia:

Segundo as informações do consultor, a propriedade em questão pertence a Micro Bacia do Córrego Tapera, afluente do Córrego Mundo Novo, que está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, localizada no Município de Novo horizonte/MG na região norte do estado de Minas Gerais.

7.4 Características biológicas:

A fauna:

De acordo com os relatos do consultor os impactos a serem causados à fauna silvestre são basicamente a grande movimentação diária de homens e máquinas no interior da área de lavra e a retirada de alguns abrigos utilizados pelos pequenos animais (solo, vegetação e rocha; por exemplo). Neste caso, apesar de alterações à população em questão, o empreendimento não apresenta ação predatória que possa causar dano significativo à fauna local, pois no entorno não existe áreas chaves à conservação da biodiversidade.

A flora:

Segundo os relatos do consultor O principal impacto desse aspecto se refere à supressão da vegetação, onde a eliminação da cobertura vegetal geralmente significa a redução de espécies de plantas altamente adaptadas às condições locais.

7.5- Possíveis Impactos Ambientais:

Ruídos:

Em concordância com o relato do consultor as fontes potencialmente geradoras de ruídos são máquinas escavadeiras e carregadeiras e caminhões operando durante o processo de extração e transporte de quartzo. O impacto sonoro afeta principalmente a fauna local, pois, o local de extração fica bem distante de comunidades povoadas. Grande parte dos animais expostos ao efeito sonoro migram para outros locais. Entretanto, há espécies que se adaptam bem a esse tipo de impacto permanecendo na região de extração mineral. Apesar de poucas fontes geradoras de ruídos, o requerente deverá seguir as seguintes recomendações: - Inspeção e manutenção periódica das máquinas e caminhões com lubrificação de partes que trabalham sobre atrito, ajustes de lataria como cabines e chapas protetoras de motor em curtos intervalos de tempo, reparação em canos de escapamento de gases e substituição dos abafadores quando necessário; - Capacitação dos operários de máquinas e motoristas de caminhões a fim de evitarem manobras desnecessárias; - Fornecimento de equipamento de proteção auricular para os trabalhadores que operam na área da mina. A minimização dos ruídos e preservação de áreas como a reserva florestal propiciará a permanência de espécies da fauna menos sensíveis ao contato antrópico.

Poluição atmosférica:

Conforme os relatos do consultor a poluição atmosférica ocasionada pela extração e transporte de quartzo é baseada, principalmente, na movimentação dos caminhões de transportes e máquinas carregadeiras e escavadeiras. Como medida de contenção dessa poeira serão realizadas umidificações periódicas com caminhão equipado para esta função (caminhão pipa), através de aspersão e pulverização de água nas vias de transito interno e acesso. Geralmente, o material explorado possui uma densidade que minimiza a geração da poeira, o que dispensa a pulverização do material. A manutenção adequada e conservação das máquinas diminui a produção e gases indesejáveis.

Resíduos sólidos:

De acordo com a descrição do consultor o principal resíduo sólido gerado no processo de extração é o quartzo de tamanho inadequado à indústria. Esse material será utilizado no cascalhamento de vias de acesso e transporte do material. Os resíduos orgânicos gerados nas áreas, como na sobras e cascas de alimentos, por exemplo, deverão ser armazenados em recipientes com identificação própria para posterior coleta e destinação ao aterro municipal de resíduos sólidos, assim como o resíduo gerado nos banheiros. Para os resíduos passíveis de reutilização e/ou reciclagem será disponibilizada um conjunto de coletores específico para coleta seletiva de materiais recicláveis com compartimento para vidros, metais, plástico, papéis. O material armazenado poderá ser comercializado com empresas do rumo ou doado a catadores de material reciclável do município. Como a manutenção das máquinas e caminhões é realizada na cidade, cabe às oficinas mecânicas e aos postos de abastecimentos a destinação correta de graxas, óleos e estopas contaminadas com esses materiais. Em caso de manutenção esporádica das máquinas na área de extração mineral esses materiais serão destinados às empresas da cidade – oficinas e postos de abastecimento que contam com a destinação de resíduos.

Efluentes líquidos:

Nos relatos do consultor consta que o no processo de produção realizado pela empresa não há geração de efluentes líquidos. A lavagem de máquinas e caminhões, possível geradora desses efluentes, será feita na cidade por postos de abastecimentos e/ou empresas especializadas.

O efluente gerado será oriundo apenas de instalações sanitárias, assim o sistema proposto para o tratamento poderá ser a “Fossa Séptica de Forma Prismática Retangular de Câmaras em Série” seguida de “Filtro Anaeróbico” e de “Sumidouro”, ou conjunto de Biodigestores. Todos os projetos dentro das normas NBR 7229/82 e a NBR 7229/93 da ABNT.

Alterações na paisagem:

Nas descrições do consultor conclui que a exploração da jazida através da abertura de cavas para a retirada do mineral modificará área, ocasionando mudanças principalmente no relevo e danos à paisagem. Entretanto, segundo o PRAD o local será recuperado concomitantemente à exploração através de modelagem de taludes e revegetação com espécies nativas.

Supressão da Vegetação:

O consultor descreve que a implantação da exploração, haverá necessidade de suprimir a vegetação para a construção de aceiros, estradas e pátio de armazenamento. A supressão da vegetação ocorrerá apenas na área devidamente demarcada e solicitada no presente processo. Não há alternativas de extração mineral em área com cobertura vegetal sem a retirada da vegetação. A parte superficial do solo, rica em material orgânico, será armazenada para posterior utilização na recuperação da área. A área demarcada dentro das poligonais da Agência Nacional de Mineração estimada para a retirada da vegetação é de 7,5859 hectares, localizada na Fazenda Sapucaia. A vegetação, que se apresenta em baixa expressividade, caracterizada como Fitofisionomia de cerrado. É composta de espécies da região tais como: Espécies mensuradas: vinhático *Plathymenia foliosa*, Jatobá do cerrado *Hymenaea stilbocarpa*, Tingui *Magonia pubescens*, Cabreuva *Myrocarpus frondosus*, e 11 espécies não identificadas (NI).

Impacto do solo:

Segundo a descrição do consultor afirma que entre os impactos ocasionados ao solo temos a compactação pela movimentação de caminhões e máquinas e a escavação para extração do quartzo. Após o encerramento da lavra, nas cavas serão adotadas técnicas de manejo para minimizar essa compactação. As cavas serão recuperadas concomitantemente à exploração, como citado anteriormente.

7.6 MEDIDA MITIGADORA:

Nas medidas proposta pelo consultor o mesmo propõe as ações de manutenção constante das máquinas e equipamentos utilizados, umectação das vias de acesso e frentes de trabalho minimizarão a emissão de gases e material particulado mitigando desta forma o impacto restrito ao local. Deverá ser disponibilizado um caminhão pipa para atender esta demanda, na fase de implantação, que permanecerá no interior do empreendimento, assim como um motorista e quando se fizer necessário irá executar a umectação das vias de acesso, externas, internas e adjacentes ao empreendimento.

Fase de Operação: Conforme relatos do consultor a atividade de mineração não gera emissão de nenhum gás ou particulado e perda da cobertura vegetal existente que será compensada em área verde.

Na fase de instalação do empreendimento, será necessário suprimir algumas árvores isoladas nativas para dar início a instalação do canteiro de obras para construção das casas do loteamento urbano, Este impacto terá ocorrência no início da implantação tendo curto prazo.

7.6 Medidas compensatórias:

No caso desta análise não ocorre à compensação por se área requerida em estagio inicial de regeneração natural, porém, por se tratar de processo para atividade mineraria terá que apresentar proposta de compensação no prazo de 60 dias apos a emissão do ato autorizativo pela compensação Mineraria. Será realizado o pagamento da reposição florestal, foi recolhida a taxa florestal e expediente no ato do requerimento de protocolo, caso venha ocorrer alguma alteração na volumetria autorizada à taxa florestal adicional será complementar.

8. Análise Técnica:

No PUP (Plano de utilização pretendida) apresentado pelo consultor técnico do processo de intervenção requerido, cita-se que a propriedade em questão, apresenta parte com cobertura de vegetação nativa de fitofisionomia do bioma cerrado, inseridas na disjunções do Bioma Mata Atlântica (lei 11.428/2006), sendo que no IDE-Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) assim como as informações do ZEE (zoneamento ecológico econômico) a área

requerida para intervenção ambiental, tratam-se de áreas antropizadas de fitosionomia do bioma cerrado. O rendimento do material lenhoso, segundo PUP relacionado à área de intervenção de 17,865 m³ de lenha nativa.

8.1 Prazo de validade

O prazo recomendado para o vencimento do DAIA condicionado a licença ambiental LAS/RAS.

9. Conclusão:

Por fim, a equipe técnica sugere pelo DEFERIMENTO para intervenção com supressão de vegetação com destoca de 7,5849 hectares de área antropizada de fitofisionomia de cerrado antropizada, localizadas no Município de Novohorizonte/MG na Fazenda Sapucaia, para desenvolver atividade/implantação do empreendimento de Mineração, enquadrado na DN 217/2017 sob os códigos A-02-07-0, A-05-06-2, A-02-06-2, tendo como empreendedor/responsável: Jose Carlos dos Reis, inscrito no CPF nº 026.883.076-22. O rendimento do material lenhoso, segundo PUP apresentado é de 17,865 m³ de lenha nativa, conforme consta no inventário apresentado no PUP (Plano de utilização Pretendida) de material lenhoso de espécie nativa do bioma cerrado. Deverão ser cumpridas todas as compensações propostas no que se refere aos procedimentos relativos às formalizações e quitação de taxas referentes a essas compensações; deverão ser apresentados relatórios semestrais que atestem a implementação e a execução do PRAD - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas. O empreendedor deverá cumprir a compensação minerária conforme previsto nos termos do Art. 62 do Decreto 47.749/19 e nos termos do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, no prazo de 60 dias após a emissão do ato autorizativo pela compensação Mineraria, e sujeito a suspensão do DAIA em caso de não cumprimento do prazo citado. Para chegar a esta classificação usou-se os dados do programa IDE-Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e Mapa do IBGE 2008 e também a colaboração do consultor com fornecimento de fotos da área requerida e das parcelas amostradas do inventário florestal. A reposição florestal será cobrada antes da emissão da DAIA, taxa de expediente e a taxa florestal já foram recolhidas. É o parecer.

recomendações:

- 1- Respeitar os limites da Reserva Legal e ou das áreas recomendadas para intervenção, conforme planta topográfica anexa ao processo Nº 08040000446/20;
 - 2- Conservar aceiros em torno do empreendimento;
 - 3- Proibido o uso do fogo sem prévia autorização do órgão competente;
 - 4- Adotar todas as técnicas de conservação e uso do solo.
- 4- Apresentar a proposta de compensação Mineraria no prazo de 60 dias após a emissão do ato autorizativo, em caso de não cumprimento da apresentação da proposta de compensação mineraria, o requerente estará sob pena de suspensão do DAIA.
- Obs.3 CONDICIONANTE SISTEMA SINAFLO: O empreendedor fica responsável pela inserção de toda a documentação referente ao processo físico e ou informações complementares no projeto cadastrado no SINAFLO, inclusive com saneamento das pendências apontadas no projeto, sob pena de suspensão deste DAIA.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

MARCIO ALVES MACIEL - MASP: 1183055-1

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 12 de novembro de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Processo n.º 08040000446/20
Requerente: Jose Carlos dos Reis
Município: Novorizonte/MG
Núcleo Operacional: Salinas/MG

PARECER

Trata-se de requerimento de intervenção ambiental para Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de 7,5849 hectares, inserido no Bioma Cerrado, com o objetivo de desenvolver atividade/implantação do empreendimento de Mineração, localizado no município de Novorizonte/MG, solicitada empreendedor/responsável/arrendatário Sr. Jose Carlos dos Reis inscrito no CPF nº 026.883.076-22, ora requerente.

O presente pedido se justifica tendo em vista a competência do IEF – Instituto Estadual de Florestas, nos termos do artigo 44, II do decreto 47.892/2020, que dispõe:

Art. 44 – O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

(...)

II – realizar, quando solicitado pelo Supervisor regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF;

O imóvel rural denominado Fazenda Sapucaia, localizada zona rural no município de Município de Novorizonte/MG, com área registrada de 247,9013 hectares, tem-se nos autos do processo SEI nº: 2100.01.0034288/2020-07, Certidão de Matrícula do Cartório de Registro de Imóvel do Município de Salinas/MG livro 2 de registro geral, folha 01, e registro de matrícula Nº 18762, em nome da proprietária a senhora Fabíola Santos Andrade Ferraz inscrita no CPF 048.590.756-92, nos mesmo autos consta Contrato de Arrendamento para gleba a título precário para lavra de minerais entre a proprietária e como seu comodato e cedente o senhor Nizelino Antônio Andrade portador de identidade 12853216-6 SSP-SP, e do outro lado, Jose Carlos dos Reis, CPF 026.883.076-22

denominado arrendatário/cessionário.

Apresentou, também, Cadastro Ambiental Rural – CAR da propriedade, nos termos do art. 63 da Lei 20.922/13, o qual foi devidamente aprovado pelo analista ambiental. O parecer técnico sugeriu o deferimento da intervenção ambiental na área requerida.

Registra-se que em razão da supressão de vegetação ocorrerá rendimento de material lenhoso, ao qual deve ser dada destinação devida, observando o determinado no parecer técnico.

O processo foi protocolado no Núcleo de Salinas, tendo o requerente apresentado todos os documentos necessários. Dessa forma, preenchidos os requisitos formais. Se autorizada, ressalte-se, a supressão deverá obedecer ao estabelecido pelo parecer técnico.

De resto, o objeto do pedido e a documentação acostada aos autos encontram-se em conformidade com a Lei Estadual nº 20.922/13, Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1.905 de 2013 e legislação aplicável à espécie, não encontrando, a priori, impedimento jurídico que inviabilize a sua concessão.

Por fim, fica determinado o pagamento dos emolumentos referentes ao presente processo, bem como da taxa florestal, requisitos para expedição da DAIA.

Conclusão

Diante do exposto, sugere-se a concessão da intervenção ambiental com supressão de vegetação com destoca de 7,5849 hectares de área antropizada de fitofisionomia de cerrado antropizada, localizadas no Município de Novohorizonte/MG na Fazenda Sapucaia, para desenvolver atividade/implantação do empreendimento de Mineração, devendo ser observados os limites nele propostos, lembrando ao empreendedor que o descumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias é um ato passível de autuação.

Ressalta-se que a emissão da DAIA em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis nos termos do Decreto nº 47.383/18.

É o parecer, s.m.j.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

LUYS GUILHERME PRATES DE SA - 191130

17. DATA DO PARECER

segunda-feira, 23 de novembro de 2020